

Surpresa: São Paulo atrasa, Sergipe é que paga em dia

Três entidades sindicais de empresas de engenharia de São Paulo acusam os poderes administrativos — municipal, estadual e federal — de maus pagadores, contra os quais os credores se consideram impotentes devido ao risco de serem tachados de inidôneos para obras posteriores, caso movam processos contra o poder público.

Nas quatro varas da Fazenda Municipal de São Paulo e nas quatro varas da Fazenda Estadual, no entanto, há um volume considerável de processos contra órgãos públicos por débitos não quitados sob diversos pretextos.

Na Telesp — Telecomunicações de São Paulo — o Departamento de Relações Públicas, por exemplo, não confirmou nem desmentiu o corte, há algumas semanas, dos telefones de órgãos federais em São Paulo.

Na Light, as informações são contraditórias: enquanto o chefe de Relações Públicas, Luís Alberto Sarmiento, diz que a Prefeitura de São Paulo não está em débito com a empresa, o chefe do Setor de Contas dos Poderes Públicos afirma exatamente o contrário.

O presidente da Associação Paulista de Empreiteiras de Obras Públicas, Henrique Guedes, informa ter conhecimento de um débito de 5 bilhões de cruzeiros do Governo Federal para com as empresas empenhadas na construção da Ferrovia do Aço.

No que se refere às empresas da associação que dirige, Guedes esclareceu que os serviços executados para a municipalidade são saldados dentro do prazo legal, mas em re-

lação aos órgãos estaduais ocorre exatamente o contrário.

A Sabesp (saneamento básico) atrasa sistematicamente o pagamento das obras contratadas, embora já conte com um prazo contratual de 60 dias para efetuar os seus pagamentos — disse Guedes.

O Governo de Sergipe, de acordo com as autoridades e os próprios fornecedores, se tem mostrado um bom pagador nos últimos tempos. Assim é que no final do último exercício, cerca de 2 milhões de cruzeiros destinados à liquidação de contas retornaram das repartições públicas à Secretaria da Fazenda por falta de credores.

O próprio Secretário da Fazenda, Enivaldo Araújo, se diz surpreso com o acontecimento, afirmando que pela primeira vez na história de Sergipe o Governo estadual encerrou sem dever a ninguém.

— Se há alguma conta a pagar ou se alguém deixou de receber o que lhe é devido, não é do meu conhecimento — disse o Secretário da Fazenda.

A firma Manoel Aguiar Meneses é uma das fornecedoras do Governo do Estado e não regateia elogios ao modo como são processadas as compras. "Raramente — explica o contador da firma, Antônio Carlos Rego — os pagamentos excedem o prazo de 30 dias. A gente observa que a administração incutiu nos funcionários a necessidade do Governo do Estado cumprir bem as suas obrigações para com o Comércio, sob pena de ser chamada de caloteira, como acontecia com as administrações anteriores.

ALAGOAS

O Secretário da Fazenda de Alagoas, Osvaldo Semião Lins, diz que todas as dívidas contraídas no ano passado pelo Governo do Estado, para pagamento a curto prazo, foram salgadas até o final do exercício, e algumas que não o foram estão na rubrica de "restos a pagar".

— Isso demonstra, — diz o Secretário — que o Estado de Alagoas tem sido fiel aos seus compromissos e também à sua capacidade de pagamento. As finanças estão equilibradas e inclusive o crescimento da arrecadação do ICM no ano passado, em torno de 51 por cento, nos dá um indicativo do excelente desempenho financeiro do Governo alagoano.

Nem todos os fornecedores, porém, concordam com o Secretário: Artur Cardoso, fornecedor de carne, diz que "para negociar com o Governo é preciso um bom capital de giro".

— Não é burocracia só, não. Às vezes, a gente tem um dinheiro para receber e secas as canelas de tanto ir às repartições.

E foi por demora no pagamento, por exemplo, que a Atlantic de Macaí cortou o fornecimento de gasolina e óleo diesel ao Departamento de Estradas de Rodagem no ano passado.

Apesar disso, a imagem do Governo alagoano é de bom pagador. O comerciante Manoel Alves completa: "É também o melhor cliente."

PARAÍBA

O Governo da Paraíba deve muito pouco e o que deve paga mais ou menos dentro dos prazos, simplesmente porque não realiza obras de engenharia, preocupado que está com o desenvolvimento do setor primário. A maior parte das empresas contratadas realiza trabalhos pouco dispendiosos (recuperação, melhoramentos e embelezamento de prédios públicos), o que

realmente favorece a pontualidade nos pagamentos.

Mas mesmo as construtoras de maior porte, como é o caso da Norberto Odebrecht, que constrói e pavimentação rodovias na Região do Brejo, e a Concisa, responsável pela implantação ou ampliação de sistemas de esgotos sanitários em diversos municípios, não têm maiores reclamações quanto aos prazos de pagamento dos seus serviços.

A rigor, ocorrem pequenos atrasos no pagamento de parcelas a algumas empreiteiras, não por falta de recursos, mas devido à burocracia que emperra a administração pública. Um empenho feito de maneira irregular, por exemplo, é capaz de atormentar por várias semanas pequenas firmas que não dispõem de capital de giro para enfrentar tais inconveniências.

MINAS GERAIS

O presidente da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira, diz que o INPS deve 140 milhões de cruzeiros aos estabelecimentos hospitalares de Belo Horizonte e mais 9 milhões de cruzeiros ao Hospital São João de Deus, na cidade de Divinópolis, fora outras dívidas menores.

Em segundo lugar, como devedor, vem um órgão federal — a Engerfer — que atrasou cerca de 200 milhões de cruzeiros devidos às empreiteiras de Minas Gerais, principalmente as que trabalham na Ferrovia do Aço. Justamente devido a esses atrasos, que já se vão institucionalizando, as empreiteiras querem institucionalizar também a cobrança de juros e correção monetária sobre as dívidas, que o Governo se recusa a pagar.

Quando ao caso específico de Minas Gerais, a informação da Secretaria da Fazenda é de que as contas do Estado estão em dívida. As empreiteiras concordam com essa afirmativa e dizem que o Departamento de Estradas de Rodagem foi em 1976 um excelente pagador, isto dentro do quadro geral, pois os seus atrasos não foram superiores a 90 dias.

CEARÁ

Nenhum empresário do Ceará fala sobre as suas relações com o Governo do Estado ou as Prefeituras Municipais e muito menos com o Governo Federal. O presidente de uma firma construtora, cujo nome não pode ser revelado, disse que sua empresa vive de executar obras para o Governo, que "atrasa o pagamento, mas a verdade é que paga".

O caso mais importante aconteceu no Ceará, nos últimos anos, aconteceu quando o presidente da Companhia de Água e Esgoto, Lauro Tavares, mandou cortar o fornecimento da Escola de Aprendizes de Marinheiros. Há oito anos a escola não pagava a água.

Um levantamento feito recentemente revelou que o Governo paga mais caro pelos fornecimentos, porque salda os débitos com atraso. Já que o Governo atrasa sistematicamente, as empresas aumentam os seus preços para enfrentar a deterioração da moeda além das obrigações normais em relação aos juros.

MARANHÃO

Uma das maiores empresas maranhenses — a Orcar Frota — já tem para receber do Estado mais de 14 milhões de cruzeiros pelo fornecimento de ferragens, tintas e materiais de construção. Na mesma situação da Orcar Frota estão dezenas de outros fornecedores do Governo.

Mas todos os credores preferem silenciar, pois o Estado, apesar dos atrasos nos pagamentos, é o seu maior cliente, representando mais de 70 por cento do movimento.

Quanto à Prefeitura de São Luís, o Secretário da Fazenda, Fabiano de Cristo C. Rodrigues, disse que os pagamentos estão paralisados, pois não há recursos. Desde julho de 1976, o Governo do Estado não transfere à Prefeitura outros que não sejam aqueles que têm distinção própria.